

ENTREVISTA

Mulheres e Escravos: Uma Entrevista com Leila Mezan Algranti

Quais os motivos que levaram você a eleger a História do Brasil, principalmente a época relativa ao período colonial, como área de especialização?

Meu interesse pela História do Brasil foi despertado na faculdade, quando entrei em contato com a grande guinada da historiografia provocada pela *Escola dos Annales* e sua concepção de História, metodologias e procedimentos de análise de documentos. Eles me apontavam para múltiplas possibilidades de temas e questões a serem estudados sobre o Brasil. A isso somaram-se as discussões sobre a realidade brasileira e seu passado, bem como sobre os modos de produção, a fim de entendermos o momento político que estávamos vivendo. No final dos anos 70, quando iniciei meus estudos de pós-graduação, jamais me passaria pela cabeça estudar algo que não fosse relacionado à história do Brasil. Como ocorre a cada geração, a nossa também tinha seu compromisso político.

Quanto ao período colonial, acho que vários fatores interferiram. Sempre tive uma curiosidade maior pelos períodos mais remotos da História, e até hoje, embora não seja especialista, me interessa bastante pela Idade Média e pelo início da época Moderna. É algo que talvez tenha a ver com minhas leituras juvenis dos romances de capa-espada, afinal um pouco de fantasia é indispensável ao ofício de historiador. Assim, acho que acabei me deixando levar pelo fascínio que esses homens e mulheres exercem sobre mim. Trabalhar com a história colonial, por outro lado, é também uma consequência do meu interesse pela escravidão africana, tema que elegi para estudar mais a fundo no mestrado. Dessa forma, a escravidão me levou à história colonial, dada a importância que ela assumiu na sociedade daquela época.

As pesquisas realizadas na última década modificaram profundamente as concepções relativas ao sistema escravista brasileiro. Nesta mudança de perspectivas, qual foi a contribuição dos estudos a respeito da escravidão urbana?

Penso que os estudos acerca da escravidão urbana ajudaram a romper com a visão monolítica sobre a escravidão moderna presente na historiografia tradicional. Isto é, a visão de que as relações que se estabeleciam entre escravos e senhores eram somente de dominação e

submissão, e que ocorriam da mesma forma em qualquer espaço e tempo, mudando apenas de intensidade (mais ou menos violenta). Enfim, uma historiografia que vitimava o escravo e que o apresentava como incapaz de qualquer vontade. Os estudos sobre a escravidão urbana permitiram, através da percepção da multiplicidade de situações que o escravo vivenciava nas cidades, matizar a idéia de uma escravidão única, apontando para a existência de *escravidades*, ou seja, experiências múltiplas dos agentes históricos envolvidos. E aí me refiro aos estudos pioneiros de Richard Wade e Claudia Gordon, embora, ao se deparar com essas novas práticas, e com documentos que indicavam uma maior mobilidade dos escravos e suas diferentes formas de sobrevivência, eles defendessem a idéia de que a escravidão era incompatível com o ambiente urbano, devido justamente às modificações que infringia ao sistema. O que os estudos posteriores mostraram foi que a escravidão se apresentava de diferentes formas, e não era necessariamente incompatível com o mundo urbano; que havia relações de conflito, mas também de solidariedade, entre escravos e homens livres. Os estudos sobre escravidão urbana também trouxeram à tona vários aspectos sobre o "mundo dos escravos", e neste sentido foram influenciados pelos trabalhos de Eugene Genovese. Com o tempo, a partir de novas pesquisas, percebeu-se que nem sempre essa multiplicidade de situações e experiências eram específicas das cidades - embora talvez mais fortes no ambiente urbano - e que ocorriam também no campo, independentemente do tamanho das propriedades. Portanto, acredito que os estudos sobre escravidão urbana desempenharam um papel significativo no movimento revisionista pelo qual a historiografia sobre a escravidão passou nos últimos anos, desencadeando discussões importantes e aprofundando o debate sobre novos temas.

O homem livre e pobre foi um personagem redescoberto nos últimos anos. A pesquisa histórica tem revelado que essa camada, no final do século XVIII, predominava no conjunto da população brasileira. Tendo em vista tal constatação, o termo sociedade escravista, a seu ver, pode ser posto em questão?

Certamente não vou discutir dados populacionais com um historiador demógrafo; aliás, não me parece que a questão seja esta, embora creia que no início do século XIX, para certas regiões, como por exemplo o Rio de Janeiro - que conheço melhor -, as estimativas apontem para uma ligeira maioria de escravos. Mas posso estar enganada. Porém, como disse, não é esse o ponto que quero acentuar.

Não descartaria o termo *sociedade escravista* para designar ou caracterizar a sociedade brasileira no período em que vigorou a escravidão, por que para mim se trata de uma categoria analítica e de um conceito bem mais amplo, independente do fato de *predominar ou não o trabalho escravo*, embora o termo se origine dessa idéia. A escravidão foi bem mais do que uma simples instituição na sociedade brasileira. Ela foi o elemento articulador dessa sociedade, por mais de trezentos anos, e marcou profundamente as relações sociais e as demais instituições, dando origem a toda uma concepção de vida, além de moldar as mentalidades e a cultura brasileira. Enquanto ela vigorou, independente de haver mais ou menos escravos, o princípio que regia o mundo dos escravos e o mundo dos homens livres continuou sendo a condição legal dos indivíduos, um fator de distinção social, racial e de *status*. Logo, não creio que o termo *sociedade escravista* possa ser posto em questão até o momento em que a escravidão tenha sido totalmente abolida.

Atualmente, as pesquisas tendem a se concentrar em temas específicos e muito bem delimitados. Isso significa que os historiadores renunciaram à idéia de síntese histórica?

Não creio que a idéia tenha sido abandonada, pois muitos e muitos historiadores continuam a fazer estudos genéricos, cobrindo um período amplo e se dedicando à síntese histórica. Sua pergunta me lembrou o famoso artigo de Jacques Le Goff "A política será ainda a ossatura da História?", no qual ele demonstra como a história política jamais foi abandonada pelos historiadores, apesar das críticas da Nova História. Mas acredito, sim, que a tendência à fragmentação que se nota nos estudos recentes é uma consequência da importância que a história social assumiu, da ampliação do campo do historiador e de uma tendência de mudanças radicais em termos de metodologias, fontes e principalmente de objetivos, pelos quais a história passou nas últimas décadas, e que não contempla essencialmente a síntese histórica. Não creio, porém, como querem alguns, que se trata de uma história menos analítica, que se atém a curiosidades, por eleger temas e abordagens antes ignorados pelos historiadores. Todos os movimentos de renovação pelos quais a História passou sempre despertaram polêmicas e uma das formas de se criticar a atual tendência - a chamada Nova História - é exatamente afirmar que ela abandonou a proposta de síntese, e que a atual geração de historiadores dos *Annales* nada tem a ver com seus pais fundadores. Por outro lado, acho curioso que desde Voltaire, passando por Michelet e Ranke, todos aqueles que se dedicaram a uma

outra forma de fazer história a denominaram de *Nova História*, e criticaram os procedimentos de seus antagonistas.

O seu último livro analisa aspectos importantes a respeito da história da condição feminina no período colonial. Quais são a partir do seu ponto de vista, os temas e enfoques ainda não explorados a respeito da condição feminina no passado brasileiro?

Na verdade, a história da condição feminina no Brasil é bastante recente e permanece bem pouco explorada, portanto as possibilidades são infinitas. Digamos que o termo *história da condição feminina* é capcioso - e eu hoje reveria o subtítulo do meu livro - pois pode indicar que as mulheres têm uma história própria, desvinculada da experiência masculina. Eu diria que todos os temas, ou a maior parte deles, permitem uma *abordagem de gênero*, ou seja, houve e há uma forma diferenciada de vivência de experiências de acordo com o gênero. Portanto, há uma ampla gama de temas a serem trabalhados. Mas, no caso do que se convencionou chamar de historiografia sobre a mulher colonial, creio que a ênfase foi posta no contexto da família, tornando-o o viés mais explorado (casamento, família, moral, sexualidade). Desnecessário explicar por que, não é mesmo? Dessa forma, a dita *história da mulher* no período colonial se tornou, como eu já disse em um outro contexto, um apêndice da história da família. Este elo já pode e deve ser rompido. Portanto, creio que seriam oportunos, estudos que se detivessem em questões desvinculadas do ambiente familiar, captando as experiências femininas nos mais diversos contextos históricos.

A história da mulher é necessariamente engajada?

Não, ela não é necessariamente engajada, mas o tem sido predominantemente desde que surgiu como um campo de estudos específico, nos anos 70. Explico-me: dizer que foi preciso esperar até os anos 70 para se ouvir falar das mulheres na História, é no mínimo uma injustiça, senão uma postura equivocada. Poderíamos lembrar Michelet e seus estudos sobre as mulheres, ou Lucien Febvre e sua obra *Margarida de Navarra*. Enfim, as mulheres não estiveram assim tão *invisíveis* na história. O que quero dizer é que, com a organização dos movimentos feministas, a história da mulher despontou com força total. Tornou-se um novo campo temático, vinculando-se a esses movimentos, sendo escrita pelas historiadoras feministas e recebendo um tratamento próprio à historiografia marxista. Certas revistas, como a *Signs*, por exemplo, permitem, através de seus editoriais, acompanhar o desenrolar desse

engajamento político partidário. Mas aos poucos a *história das mulheres* foi deixando de ser uma história exclusivamente feminista e combativa para se tornar uma história do feminino, e posteriormente uma história de gênero. O movimento inicial de tornar visível a mulher na história, escolhendo sempre situações inusitadas, ou mulheres que desempenharam papéis diferentes daqueles que se esperavam delas, já foi superado, pelo menos pela historiografia francesa e norte-americana. Porém, infelizmente, a chamada *história das mulheres* desencadeia ainda muitos preconceitos, provoca sorrisos enigmáticos por parte dos historiadores (homens geralmente) e acaba sendo uma história *sobre as mulheres*, escrita na maior parte das vezes *por mulheres*. Enfim, uma conversa *entre mulheres* que provocou muito barulho e extrapolou os estreitos limites dos primeiros e tímidos centros de estudos ou núcleos de pesquisa. Após mais de vinte anos, os estudos sobre as mulheres conquistaram espaço nos *currículos* de muitas universidades, nas editoras e na sociedade em geral. Essa foi sem dúvida uma batalha engajada.

Gostaria que você indicasse a diferença, se ela existe, entre a "história da mulher" e a "história de gênero".

Penso que já respondi em parte esta questão, na pergunta anterior. Mas retomando, creio que se trata de uma diferença metodológica, ou seja, de tratamento dado à questão. Para alguns cientistas sociais, fazer *história das mulheres* corresponde a um momento da historiografia no qual havia uma preocupação em escrever a história a partir da perspectiva das mulheres, recuperando a sua participação na história. É a famosa idéia de "tornar visível". Enfim, mais um recorte temático, como tantos outros (história do operariado, dos loucos, dos escravos), a chamada história dos "excluídos", como tão bem a definiu Michele Perrot. Isso não quer dizer, contudo, que não se continue procedendo desta maneira. Há numerosos e importantes estudos que focalizam as práticas e ações das mulheres no tempo e no espaço, e estão preocupados em compreender os papéis desempenhados por elas e as funções sociais que assumiram. *História de gênero*, ou estudos de gênero, por sua vez, consiste em trabalhos que, embora não tenham a intenção de trabalhar especificamente com as mulheres, ou de transformá-las em seu objeto primordial, levam em conta as experiências e as relações de gênero, considerando que homens e mulheres vivenciam as situações de forma diferente. Por exemplo, num estudo sobre a história das bibliotecas ou das práticas de leituras, o objeto de análise são as bibliotecas e seus leitores. No

entanto, esses leitores podem ser homens ou mulheres. Logo, é fundamental que os dados sejam analisados à luz das diferenças existentes entre os gêneros a fim de se detectar os significados que as leituras assumiam para o público leitor masculino e feminino e as diferentes formas de apreensão dessas leituras. Nessa perspectiva, a categoria *gênero* se torna um instrumento importante de análise, sem contudo o trabalho resultar em um estudo de *história das mulheres*.

Qual seria, a partir do seu ponto de vista, a bibliografia básica para quem quiser iniciar a estudar a história da condição feminina?

Esta é uma pergunta bastante complexa, dada a variedade de abordagens, enfoques e problemáticas que envolvem os *estudos de gênero*. Se recortarmos um pouco a questão, eu diria que no caso da sociedade colonial, uma obra básica é *Casa Grande e Senzala*, pois os estudos sobre a mulher e a família no Brasil colonial estabeleceram um diálogo com Gilberto Freyre, quer para endossar suas posições, quer para questioná-las. A partir daí, há uma série de estudos recentes importantes sobre o tema. Tampouco se pode pretender trabalhar com esse campo temático sem analisar com cuidado a coleção dirigida por Michele Perrot, *História das Mulheres*, pois, devido ao seu caráter genérico, nela se encontram vários capítulos importantes, que fornecem boas pistas metodológicas. Ainda sobre metodologia e questões teóricas, a obra de Joan Scott, *Gender and The Politics of History*, é fundamental para se compreender o debate sobre a categoria *gênero*. Eu também incluiria na lista, uma boa consulta às revistas especializadas, tanto estrangeiras como nacionais, pois trazem o que há de mais recente. Dentre as estrangeiras, destacaria a *Signs* e a *Feminist Studies*. Quanto às nacionais, chamo a atenção para as revistas e cadernos dos Centros de Estudos de Gênero que existem nas nossas universidades, pois, além de traduzirem bons trabalhos estrangeiros, indicam a produção brasileira na área.

Você pretende continuar pesquisando a respeito da história da mulher, ou tem outros planos para o futuro?

Meu interesse primordial sempre foi o estudo da sociedade colonial. Nesse sentido, tenho me dedicado a pesquisas que me permitam compreender melhor a dinâmica desta sociedade e as experiências dos colonos na América Portuguesa. Num primeiro momento, me dediquei ao estudo da escravidão devido à importância que assumiu na sociedade colonial, como apontei na terceira pergunta.

Depois, as instituições femininas de reclusão me permitiram me aproximar e "ouvir" uma parcela da população feminina da Colônia. A partir dessa perspectiva, a resposta à sua pergunta seria não, pois a curto prazo não penso em estudar especificamente a condição das mulheres coloniais, mas continuar me aprofundando na sociedade colonial. Porém, conforme mencionei, pode-se trabalhar com a categoria *gênero* nos mais diversos temas e abordagens históricas. Assim, acho inevitável que nos meus próximos trabalhos sobre a sociedade colonial se insiram análises de gênero, dada a pertinência e importância que essa categoria assumiu nas Ciências Humanas.

Por fim, uma provocação: você considera a historiografia brasileira machista?

Não, absolutamente. Considero que há alguns historiadores - e também historiadoras - que são machistas.